



**Estratégia**  
**OAB**

**1º SIMULADO**  
**2ª FASE DA OAB**  
**XXVIII**  
**EXAME DE ORDEM**

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**PROF. IGOR MACIEL**



# DIREITO ADMINISTRATIVO

## PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

### Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXVIII Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

#### Siga as nossas Redes Sociais

Estrategiaoab no YouTube  
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



[instagram.com/profigormaciell](https://www.instagram.com/profigormaciell)

#### ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase em do XXVIII Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós se você dar o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *Whatsapp* etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

## PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

---

João Rico, grande empresário da cidade de Itacoatiara/AM, resolve, em 20 de março de 2019, visitar sua querida filha Amélia que mora no Bairro de Ponta Negra, na cidade de Manaus. Ela, bela estudante de medicina da UFAM, convida o pai na data de sua chegada para passear pelo centro histórico da capital manauara e aproveitar o saboroso guaraná vendido por ambulantes no local.

Enquanto os dois degustavam tal guloseima, um automóvel da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Manaus conduzido pelo Sr. Marcos Silva, dedicado servidor do órgão, derrapa na via e acaba atropelando o Sr. João Rico, causando-lhe uma grave lesão na perna esquerda.

No momento do acidente, o Sr. Marcos Silva estava conduzindo de forma completamente irregular, desrespeitando o limite de velocidade para a via.

A perícia do DETRAN/AM constatou que o acidente fora ocasionado por culpa exclusiva do motorista que conduzia em velocidade superior ao permitido.

Indignado com o ocorrido, João Rico busca você cerca de 30 dias após o acidente levando vários documentos que demonstram gastos relativos ao tratamento hospitalar em um total de R\$. 500.00,00 (quinhentos mil reais).

Além disso, João Rico ficou impossibilitado de trabalhar durante 30 (trinta) dias, o que tem lhe causado transtornos de ordem psíquica.

Na qualidade de advogado de João Rico e considerando que todas as provas necessárias a demonstrar o alegado foram levadas pelo cliente, maneje a medida judicial adequada.

Lembre-se, contudo, que seu cliente não pode abrir mão de receber os valores que gastou com o tratamento médico. [5,00 pontos]

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	 <b>Estratégia</b>
16	
17	<b>OAB</b>
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	 <b>Estratégia</b> OAB
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	 <b>Estratégia</b>
76	
77	<b>OAB</b>
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	 <b>Estratégia</b> OAB
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	 <b>Estratégia</b> OAB
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	



# QUESTÃO 1

---

A União, após processo de recuperação econômica, pretende reformar um presídio federal e como não dispõe de recursos para custear a totalidade da obra, decide divulgar um edital de licitação para contratação de parceria público-privada, na modalidade concessão administrativa para fazer a reforma e gestão do presídio.

O valor do contrato é de R\$8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), com uma vigência de 6 (anos) para a prestação do serviço.

Considerando tais informações:

- A) De uma forma geral, é possível a contratação de parceria público-privada para realizar a execução de uma obra pública? [0,65]
- B) A União poderá realizar a contratação nos moldes acima elencados? [0,60]



01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	 <b>Estratégia</b>
16	
17	<b>OAB</b>
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 2

---

Caio, que se encontrava no interior do ônibus de uma concessionária de serviço público municipal, empresa privada que não integra a administração pública, quando o veículo perdeu o controle e bateu contra um poste de energia elétrica.

Caio sofreu danos materiais e morais em decorrência do acidente, assim como João, pedestre que cruzava a rua no momento em que o ônibus perdeu o controle, sendo atingido e arrastado por este.

Com base nesses fatos, responda as questões a seguir.

- A) Qual(is) a(s) teoria(s) que rege(m) a responsabilidade civil da empresa no caso apresentado? [0,40]
- B) Existe diferença entre Caio, usuário do serviço e João, terceiro não usuário, no que tange à responsabilidade civil da empresa? [0,45]
- C) Poderiam as vítimas responsabilizar exclusiva e diretamente o Poder concedente (Estado) pelos danos sofridos? Fundamente com base na legislação. [0,40]



# Estratégia

## OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	 <b>Estratégia</b>
16	
17	<b>OAB</b>
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 3

---

Telésforo e sua família compraram uma casa de praia vizinha a um terreno de propriedade da Autarquia Federal PREVIDEZ. Neste terreno, Telésforo construiu uma ampla área de lazer para sua casa.

Após 25 anos de pacífica e mansa ocupação do imóvel, Telésforo recebe uma notificação da Autarquia PREVIDEZ pleiteando a desocupação do imóvel. Considerando esta situação hipotética, responde aos seguintes questionamentos:

- A) O terreno em questão poderá ser considerado um bem público? [0,45]
- B) Telésforo poderá adquirir este bem por usucapião? [0,40]
- C) Acaso precise desocupar o bem, Telésforo precisará pagar alguma indenização para a Autarquia PREVIDEZ? [0,40]



# Estratégia

## OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	 <b>Estratégia</b>
16	
17	<b>OAB</b>
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 4

---

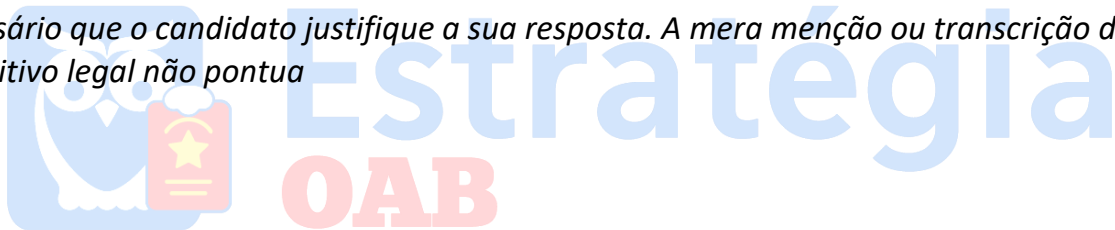
O Município de “*Tão Tão Distante*” desapropriou o imóvel de João Silva, localizado em área imprópria para habitação, por conta de elevado índice de emissão de poluentes pelas indústrias localizadas na região, o que trazia graves implicações à saúde da população, inclusive com o nascimento de crianças com malformação genética.

O ato expropriatório previa a criação de um Parque Ecológico, mas o Município, que já havia incorporado o bem ao patrimônio público, cedeu seu uso para a implantação de um centro de pesquisa para transgênicos, de grande importância para a produção agrícola municipal.

João da Silva, então, buscou sua orientação jurídica quanto às seguintes questões:

- A) O que significa tredestinação do bem desapropriado? [0,4]
- B) A atuação do Município de “*Tão Tão Distante*” pode ser considerada lícita? [0,4]
- C) Haveria direito à retrocessão do bem ou a eventuais perdas e danos para o seu cliente? [0,45]

*Necessário que o candidato justifique a sua resposta. A mera menção ou transcrição do dispositivo legal não pontua*



01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	 <b>Estratégia</b>
16	
17	<b>OAB</b>
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	